



PREFEITURA DE  
**DIADEMA**  
TRABALHANDO POR DIADEMA

**SECRETARIA DE FINANÇAS**

# **AUDIÊNCIA**

## **PÚBLICA DE FINANÇAS**



PREFEITURA DE  
**DIADEMA**  
TRABALHANDO POR DIADEMA

**2026**

**SECRETARIA DE FINANÇAS**

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação das Metas Fiscais – LRF

**1º Quadrimestre 2026**

29 de Maio de 2026

## **O ART.9 § 4º DA LRF - DEFINE OS PRAZOS PARA QUE OCORRA A AUDIÊNCIA**

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Ministro ou Secretário de Estado da Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou conjunta com as comissões temáticas do Congresso Nacional ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000**



PREFEITURA DE  
**DIADEMA**  
TRABALHANDO POR DIADEMA

1º Quadrimestre 2026

# CENÁRIO ECONÔMICO

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



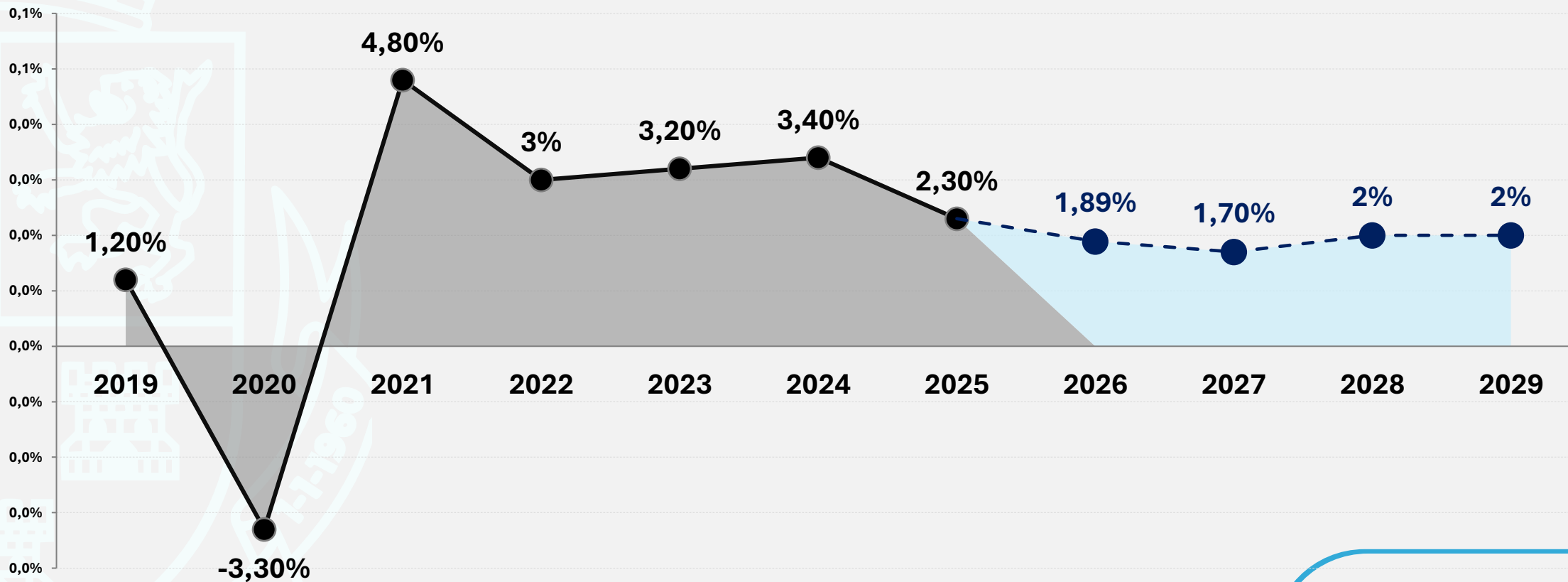
Mediana - Agregado	2026								2027								2028								2029							
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **					
IPCA (variação %)	4,86	4,92	5,04	▲ (11)	155	5,07	115		4,00	4,00	4,01	▲ (1)	150	4,04	112		3,61	3,65	3,65	= (1)	124		3,50	3,50	3,50	= (38)	115					
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,85	1,85	1,89	▲ (1)	115	1,90	76		1,80	1,77	1,70	▼ (1)	111	1,70	74		2,00	2,00	2,00	= (115)	87		2,00	2,00	2,00	= (62)	83					
Câmbio (R\$/US\$)	5,25	5,20	5,17	▼ (1)	122	5,20	85		5,35	5,27	5,26	▼ (2)	119	5,27	85		5,40	5,34	5,30	▼ (4)	90		5,41	5,40	5,40	= (3)	85					
Selic (% a.a.)	13,00	13,25	13,25	= (1)	156	13,50	97		11,00	11,25	11,25	= (2)	150	11,38	94		10,00	10,00	10,00	= (18)	116		9,75	10,00	10,00	= (3)	113					

\* COMPORTAMENTO SEMANAL INDICA O NÚMERO DE SEMANAS EM QUE A TENDÊNCIA TEM SE VERIFICADO



## VARIAÇÃO % DO PIB (SOBRE ANO ANTERIOR)

● PIB REALIZADO ● PIB PROJETADO (FOCUS/BCB)



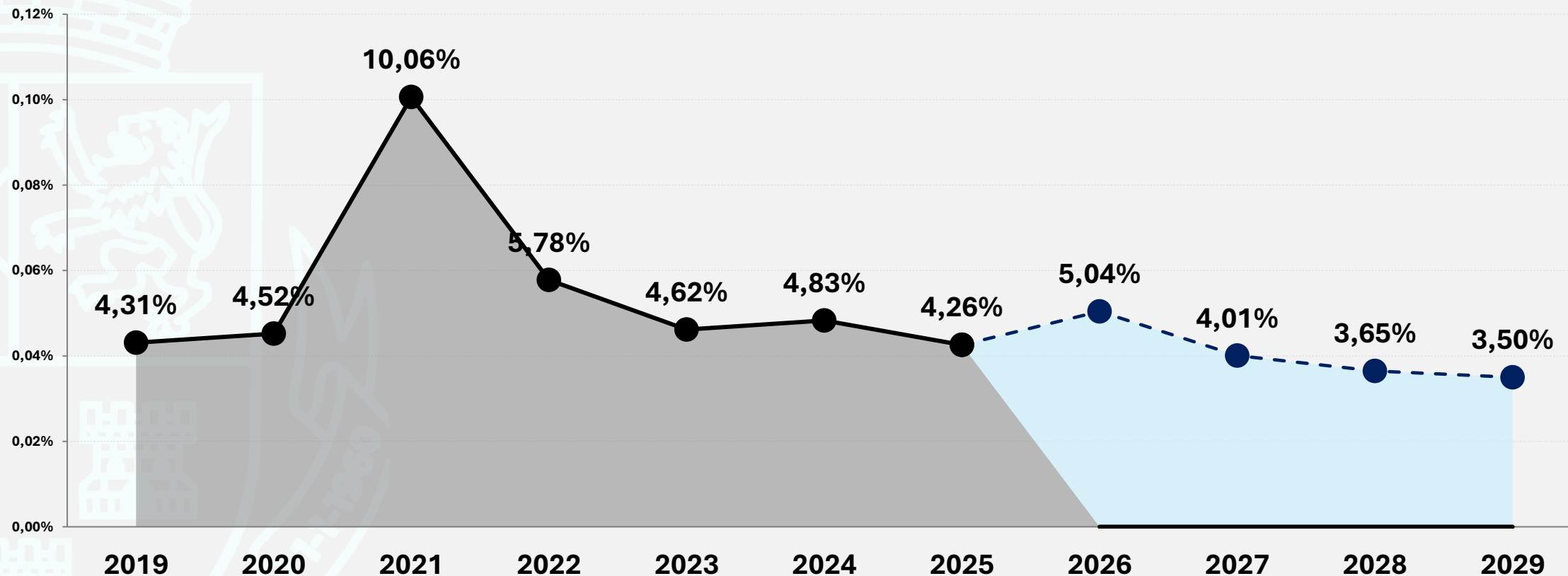
# 2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



## IPCA – VARIAÇÃO % ACUMULADA NO ANO

—●— IPCA Realizado    -●- - IPCA Projetado (Focus/BCB)



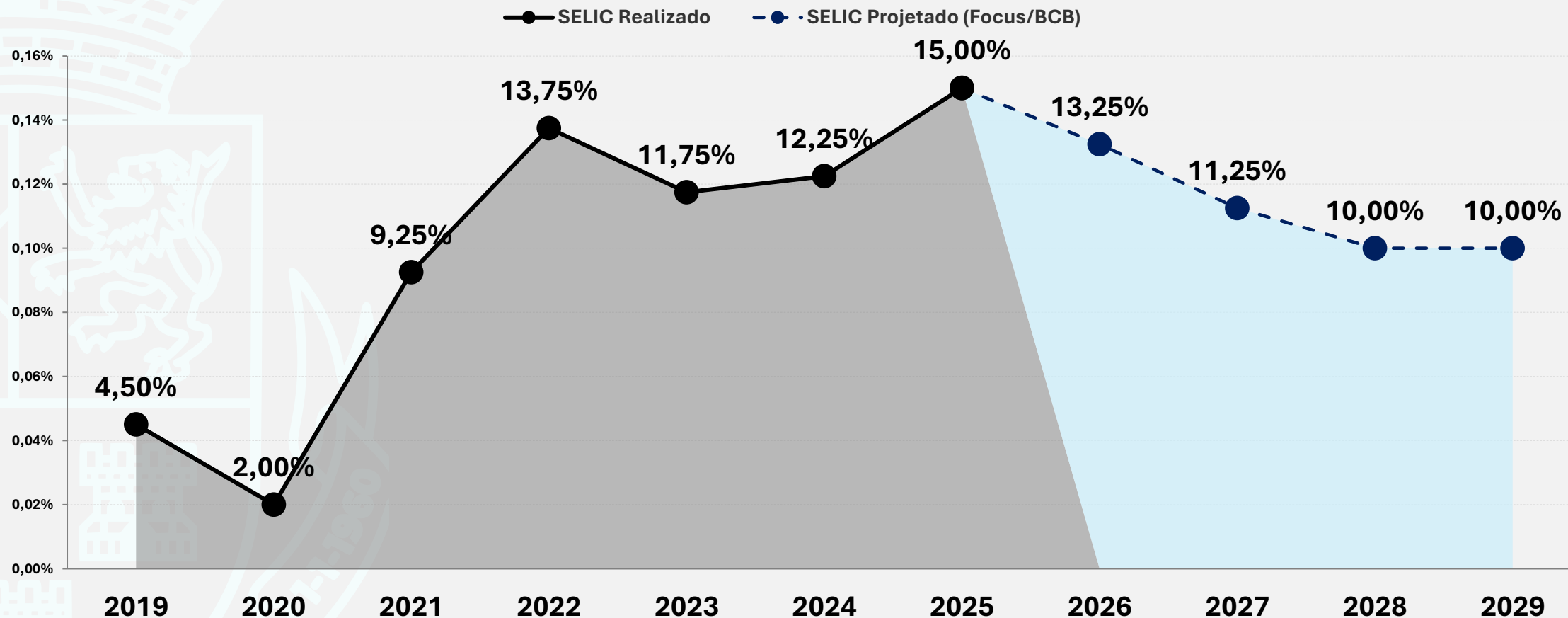
# 2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



## CENÁRIO MACROECONÔMICO – EVOLUÇÃO DA SELIC

### SELIC – VARIÇÃO % ANUAL



**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

## InfoMoney

[Economia](#) | Previsão

# Opep mantém expectativas para o crescimento do PIB brasileiro em 2% para 2026

Os dados estão em relatório mensal divulgado nesta quarta-feira, 13 pela organização

[Estadão Conteúdo](#)

13/05/2026 09h59 • Atualizado 2 dias atrás

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) manteve as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2026 e 2027, em 2,0% e 2,2%, respectivamente, com expectativa de continuidade do suporte da demanda doméstica e de condições financeiras mais favoráveis, embora persistam incertezas ligadas ao cenário fiscal e aos efeitos do aperto monetário.

Os dados estão em relatório mensal divulgado nesta quarta-feira, 13 pela organização.

**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



PREFEITURA DE  
**DIADEMA**  
TRABALHANDO POR DIADEMA

1º Quadrimestre 2026

# ANEXOS FISCAIS

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

O RREO é o conjunto de demonstrativos que proporciona amplas informações ao Executivo, Legislativo e à Sociedade sobre a execução orçamentária e sua previsão.

Publicado bimestralmente, o RREO é instrumento essencial de transparência fiscal, permitindo o acompanhamento das receitas e despesas públicas ao longo do exercício.

**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

**1**

### Balanco Orçamentário

Receitas e despesas realizadas

**2**

### Receita Corrente Líquida

Base para cálculo dos limites legais (LRF)

**3**

### Resultado Primário

Diferença entre receitas e despesas primárias

**4**

### Resultado Nominal

Evolução da Dívida Fiscal Líquida

**5**

### Restos a Pagar

Inscrição, pagamento e cancelamento

**6**

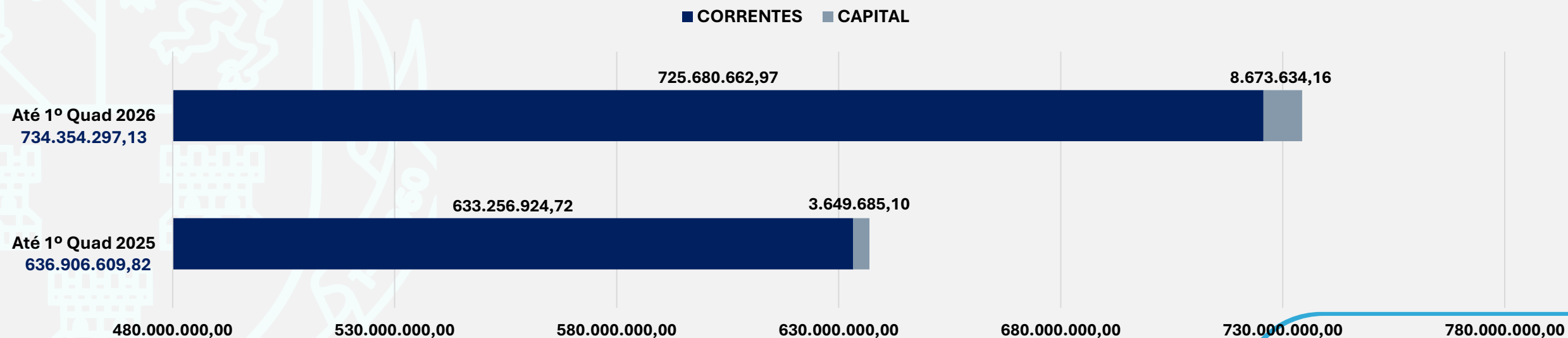
### MDE & Saúde

Cumprimento dos limites constitucionais



## RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITA – Adm. Direta do Poder Executivo	Até 1º Quad 2025	Até 1º Quad 2026	Diferença R\$	Variação %
Receitas Totais	636.906.609,82	734.354.297,13	97.447.687,31	15,30%
Correntes	633.256.924,72	725.680.662,97	92.423.738,25	14,59%
Capital	3.649.685,10	8.673.634,16	5.023.949,06	137,65%



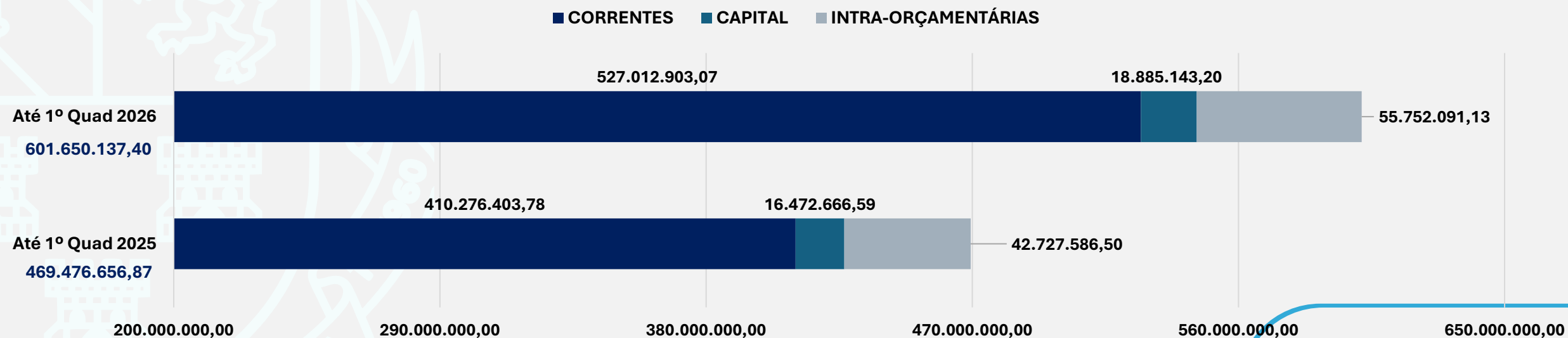
**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



## DESPESAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DESPESA – Adm. Direta do Poder Executivo	Até 1º Quad 2025	Até 1º Quad 2026	Diferença R\$	Variação %
<b>Total das Despesas Liquidadas</b>	469.476.656,87	601.650.137,40	132.173.480,53	28,15%
Correntes	410.276.403,78	527.012.903,07	116.736.499,29	28,45%
Capital	16.472.666,59	18.885.143,20	2.412.476,61	14,65%
Intra-Orçamentárias	42.727.586,50	55.752.091,13	13.024.504,63	30,48%



**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

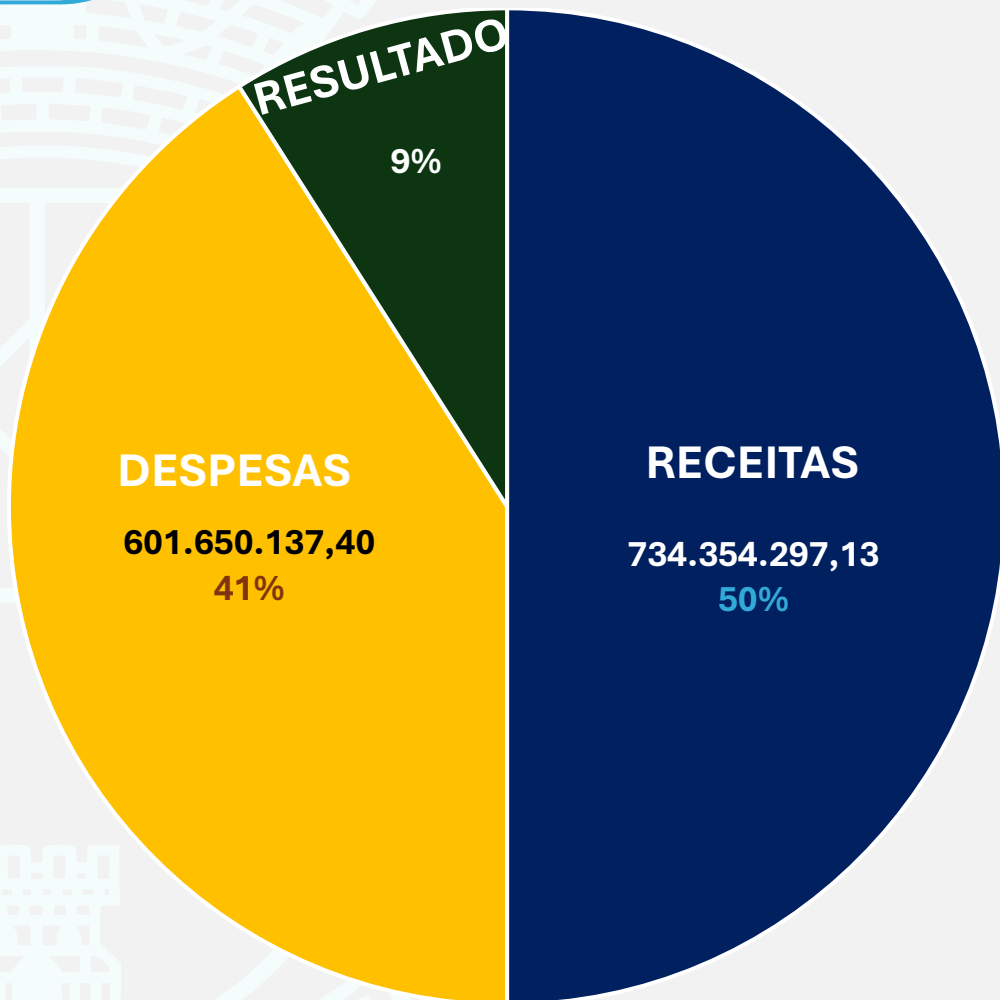
## Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/64, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Este balanço também está previsto na LRF, de forma bem mais detalhada.

O documento evidencia o resultado orçamentário do exercício, possibilitando a avaliação da gestão fiscal e a verificação do equilíbrio entre receitas e despesas.



## BALANÇO ADMINISTRAÇÃO DIRETA



**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

ESPECIFICAÇÕES	R\$
<b>TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS</b>	<b>734.354.297,13</b>
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>734.354.297,13</b>
Receitas Correntes	725.680.662,97
Receitas de Capital	8.673.634,16
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>
Receitas Correntes	0,00
Receitas Capital	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>601.650.137,40</b>
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>545.898.046,27</b>
Despesas Correntes	527.012.903,07
Despesas de Capital	18.885.143,20
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>55.752.091,13</b>
Despesas Correntes	43.302.179,27
Despesas de Capital	12.449.911,86
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>132.704.159,73</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	29.445.668,68
Resultado Ajustado	103.258.491,05



Total Enviado – Câmara Municipal

**R\$ 20,2 MI**

Total Enviado – Fund. Florestan Fernandes

**R\$ 2,7 MI**

## TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total Enviado – IPRED

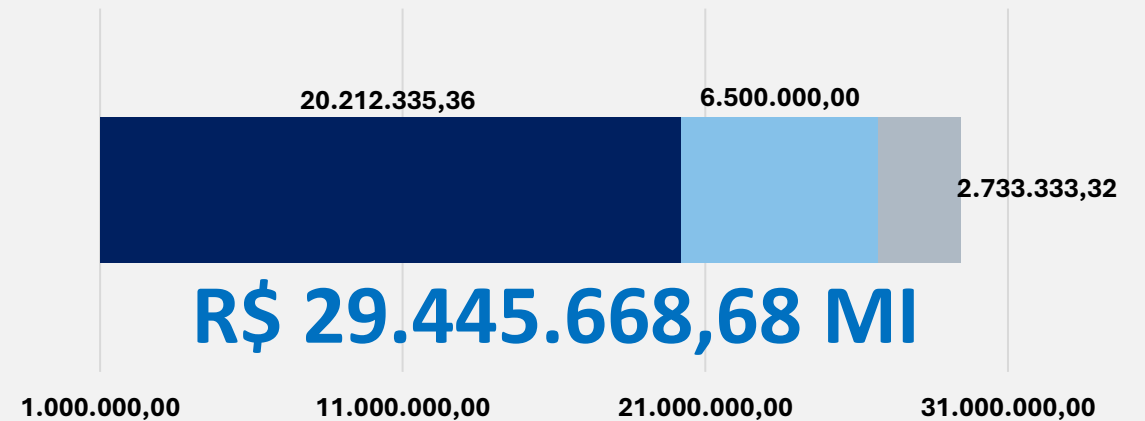
**R\$ 6,5 MI**

Total de Recursos enviados – Adm. indireta

**R\$ 29,4 MI**

Órgão Recebedor	R\$
CONCEDIDAS	
Câmara Municipal	20.212.335,36
Câmara Municipal (Devoluções)	0,00
IPRED	6.500.000,00
Fundação Florestan Fernandes	2.733.333,32
Fundação Florestan Fernandes (Dev.)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>29.445.668,68</b>

■ Câmara Municipal ■ IPRED ■ Fundação Florestan Fernandes



**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



## COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO



**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

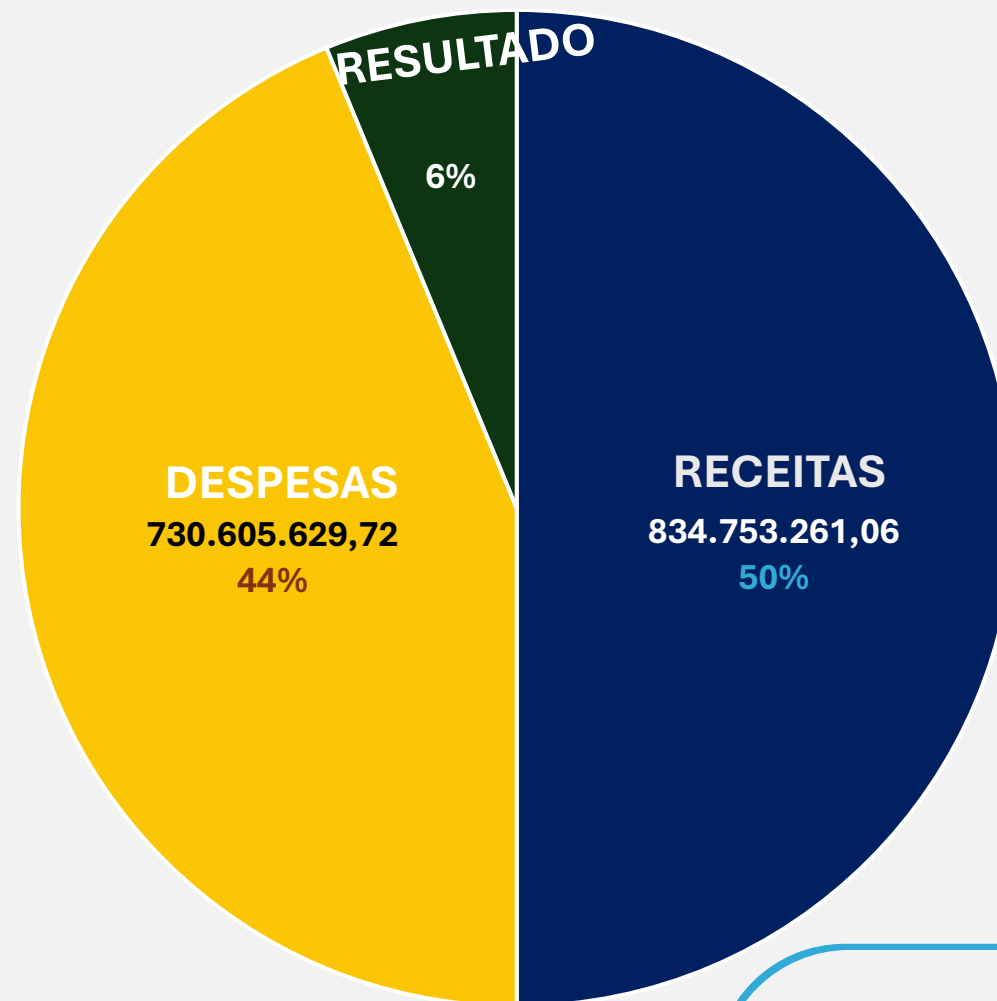


Especificação	R\$
<b>TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS</b>	<b>834.753.261,06</b>
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>768.522.123,70</b>
Receitas Correntes	759.848.489,54
Receitas de Capital	8.673.634,16
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>66.231.137,36</b>
Receitas Correntes	66.231.137,36
Receitas Capital	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>730.605.629,72</b>
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>674.198.474,91</b>
Despesas Correntes	655.257.797,71
Despesas de Capital	18.940.677,20
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>56.407.154,81</b>
Despesas Correntes	43.957.242,95
Despesas de Capital	12.449.911,86
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>104.147.631,34</b>

**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO



### DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL

Este demonstrativo apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL, nos meses em referência, sua evolução nos últimos 12 meses e a previsão de seu desempenho no exercício.

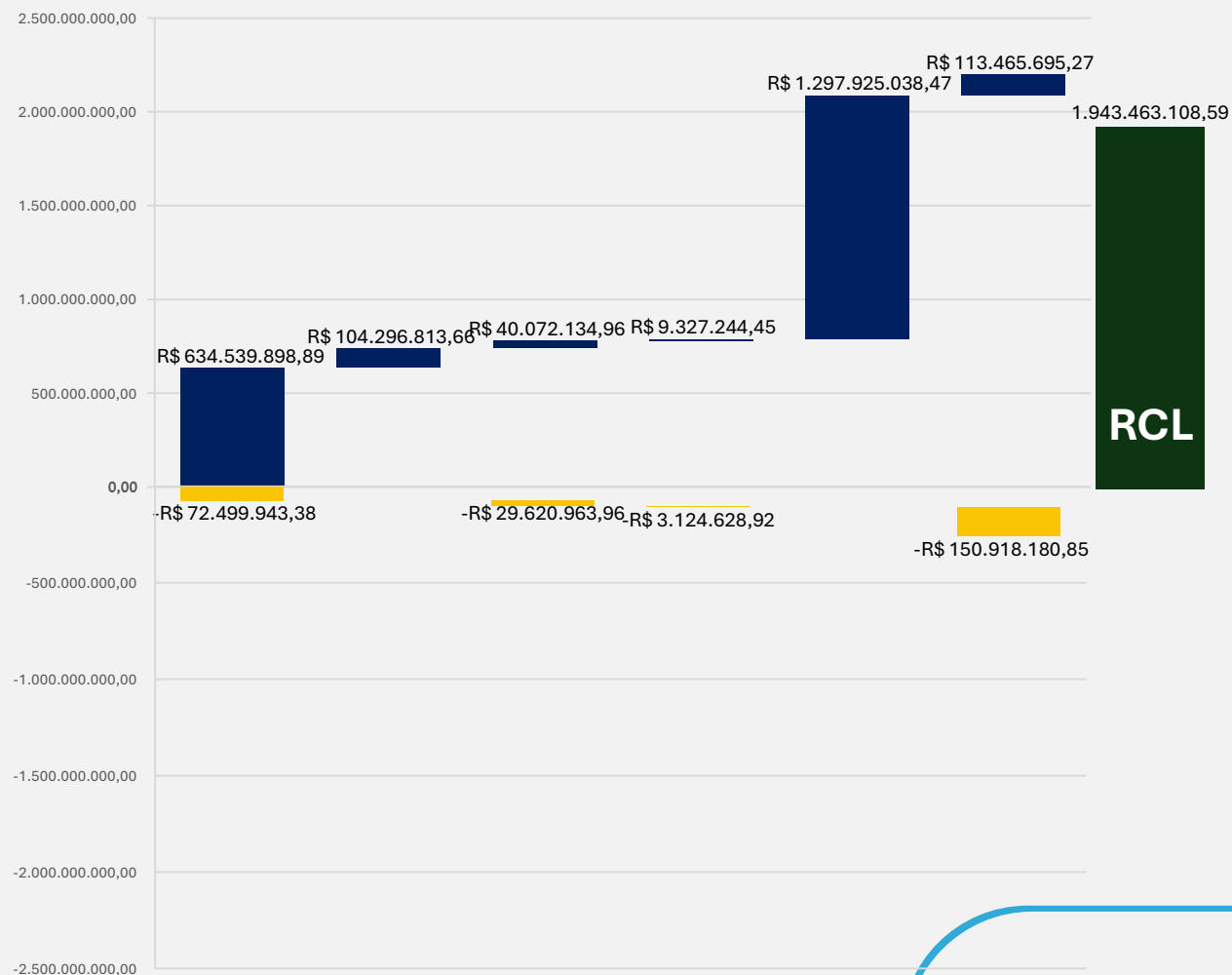
Serve de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por ARO e das garantias do ente da Federação.

A RCL é a principal referência de capacidade financeira do município e base de cálculo para todos os limites prudenciais previstos na LRF.



Especificação	R\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.199.626.825,70</b>
Receita Tributária	634.539.898,89
Receita de Contribuições	104.296.813,66
Receita Patrimonial	40.072.134,96
Receita Industrial/Serviços	9.327.244,45
Transferências Correntes	1.297.925.038,47
Outras Receitas Correntes	113.465.695,27
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>256.163.717,11</b>
Contrib. Servidor para Previdência	72.499.943,38
Compensação Financ. Regimes Prev.	29.620.963,96
Rendimentos Aplic. Recursos Prev.	3.124.628,92
Dedução Receita p/ FUNDEB	150.918.180,85
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>	<b>1.943.463.108,59</b>
(-) Transf. obr. União – emendas indiv.	19.920.429,05
RCL AJUST. LIMITES ENDIVIDAMENTO	1.923.542.679,54
(-) Transf. obr. União – emendas bancada	0,00
(-) Transf. União – agentes comunit.	15.139.806,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00
RCL AJUST. LIMITES DESPESA PESSOAL	1.908.402.873,54

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



**2026**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**1º QUADRIMESTRE**  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

## **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO IPRED**

Este demonstrativo tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS, que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir.

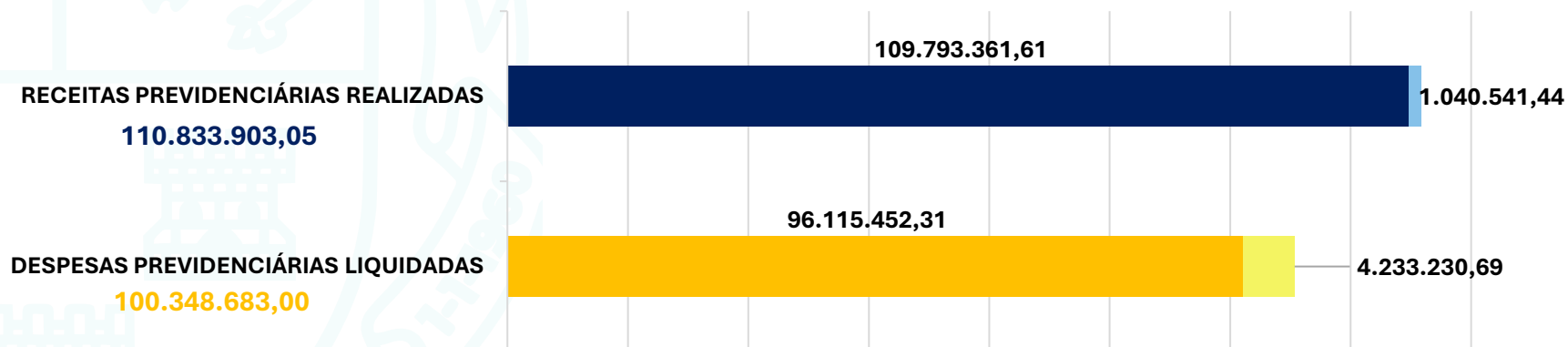
O acompanhamento do RPPS é fundamental para avaliação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência dos servidores públicos municipais, verificando a suficiência das contribuições frente às despesas com benefícios.

O IPRED – Instituto de Previdência de Diadema – é o órgão responsável pela gestão do Plano Previdenciário dos servidores do município.



## RECEITAS E DESPESAS IPRED

Especificação	Plano Previdenciário	Plano Financeiro	Admin. – RPPS	TOTAL
Despesas Previdenciárias Liquidadas	96.115.452,31	0	4.233.230,69	100.348.683,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	109.793.361,61	0	1.040.541,44	110.833.903,05
<b>Resultado Previdenciário</b>	<b>-13.677.909,30</b>	<b>0</b>	<b>3.192.689,25</b>	<b>-10.485.220,05</b>
Aportes Financeiros ao RPPS	0	6.500.000	0	<b>6.500.000,00</b>
<b>Resultado c/ Aportes</b>	<b>-13.677.909,30</b>	<b>6.500.000,00</b>	<b>3.192.689,25</b>	<b>-3.985.220,05</b>



Resultado Previdenciário com aporte

**- R\$ 3.9 MI**

*Receita – Despesas (déficit)*

**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

### DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Um resultado primário positivo indica que o município está gerando excedente de caixa suficiente para cobrir parte ou totalidade dos juros da dívida, sinalizando trajetória fiscal sustentável.

São excluídas do cálculo as receitas e despesas de natureza financeira (juros, amortizações e aplicações financeiras), isolando o esforço fiscal corrente.



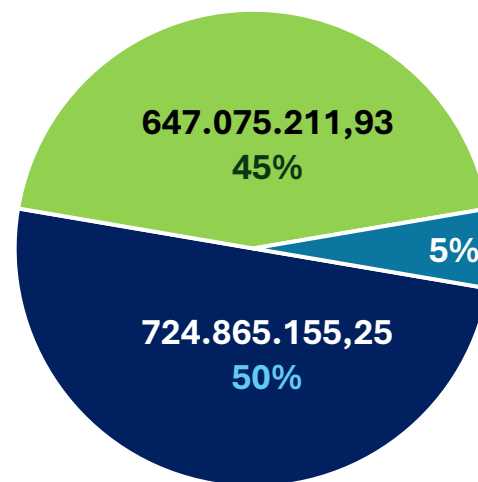
Especificação	R\$
<b>Receita Realizada (exceto RPPS)</b>	<b>734.404.578,06</b>
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>9.539.422,81</b>
Aplicações Financeiras	9539422,81
Operações de Crédito	0
Alienação de Bens	0
<b>Total Receitas Primárias (exceto RPPS) – A</b>	<b>724.865.155,25</b>
<b>Total Receitas Primárias (com RPPS) – B</b>	<b>98.977.382,24</b>
<b>Despesas Pagas (exceto RPPS)</b>	<b>671.526.391,47</b>
<b>Do Exercício</b>	<b>562.276.593,42</b>
<b>De Restos a Pagar</b>	<b>109.249.798,05</b>
Processados	66.575.028,30
Não Processados	42.674.769,75
<b>(-) Deduções da Despesa</b>	<b>24.451.179,54</b>
Juros e Encargos da Dívida	3.663.206,55
Amortização da Dívida	20.787.972,99
<b>Total Despesas Primárias (exceto RPPS) – C</b>	<b>647.075.211,93</b>
<b>Total Despesas Primárias (com RPPS) – D</b>	<b>110.772.224,86</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (com RPPS) = A+B-C-D</b>	<b>65.995.100,70</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (sem RPPS) = A-C</b>	<b>77.789.943,32</b>

**2026**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**1º QUADRIMESTRE**  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

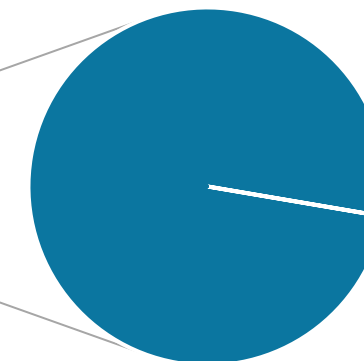
## RESULTADO PRIMÁRIO

### DESPESAS PAGAS



### RECEITAS REALIZADA

### RESULTADO PRIMÁRIO



**77.789.943,32**  
5%

### DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

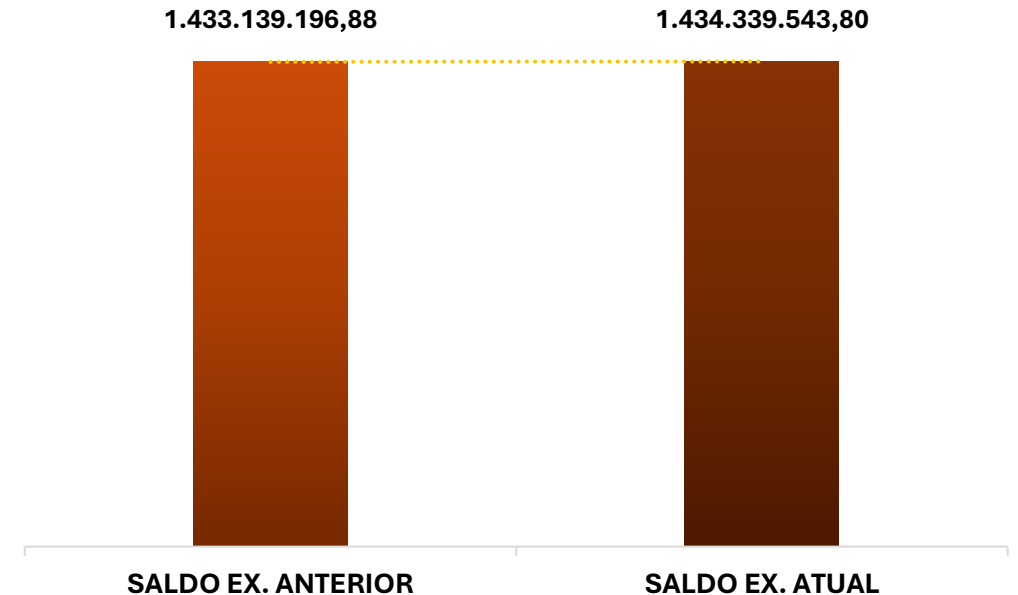
O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. No exercício, representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

Um resultado nominal negativo indica aumento da dívida fiscal líquida no período, refletindo crescimento das obrigações do município. Essa métrica captura o efeito conjunto do resultado primário e dos encargos financeiros sobre o estoque de dívida.



## RESULTADO NOMINAL – DIVIDA LÍQUIDA

Especificação	Saldo Ex. Anterior	Saldo Ex. Atual
DÍVIDA CONSOLIDADA	1.613.331.243,18	1.741.203.998,99
DEDUÇÕES (II)	180.192.046,30	306.864.455,19
Disponibilidade de Caixa	180.192.046,30	306.864.455,19
Disponib. de Caixa Bruta	293.032.542,72	338.706.088,05
(-) Restos a Pagar Proc. (exceto Prec.)	84.159.007,47	8.442.821,70
(-) Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados	28.681.488,95	23.398.811,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	0
Dívida Consolidada Líquida	1.433.139.196,88	1.434.339.543,80
RESULTADO NOMINAL	—	-1.200.346,92



### DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Este demonstrativo possibilita o acompanhamento efetivo dos Restos a Pagar por meio da demonstração de valores inscritos, cancelados, pagos e a pagar.

Restos a Pagar são despesas empenhadas mas não pagas até o final do exercício financeiro, podendo ser Processados (já liquidados) ou Não Processados (apenas empenhados, sujeitos à verificação do serviço/fornecimento).

O controle rigoroso dos Restos a Pagar é essencial para evitar acúmulo de obrigações que comprometam o orçamento de exercícios futuros.



## RESTOS A PAGAR

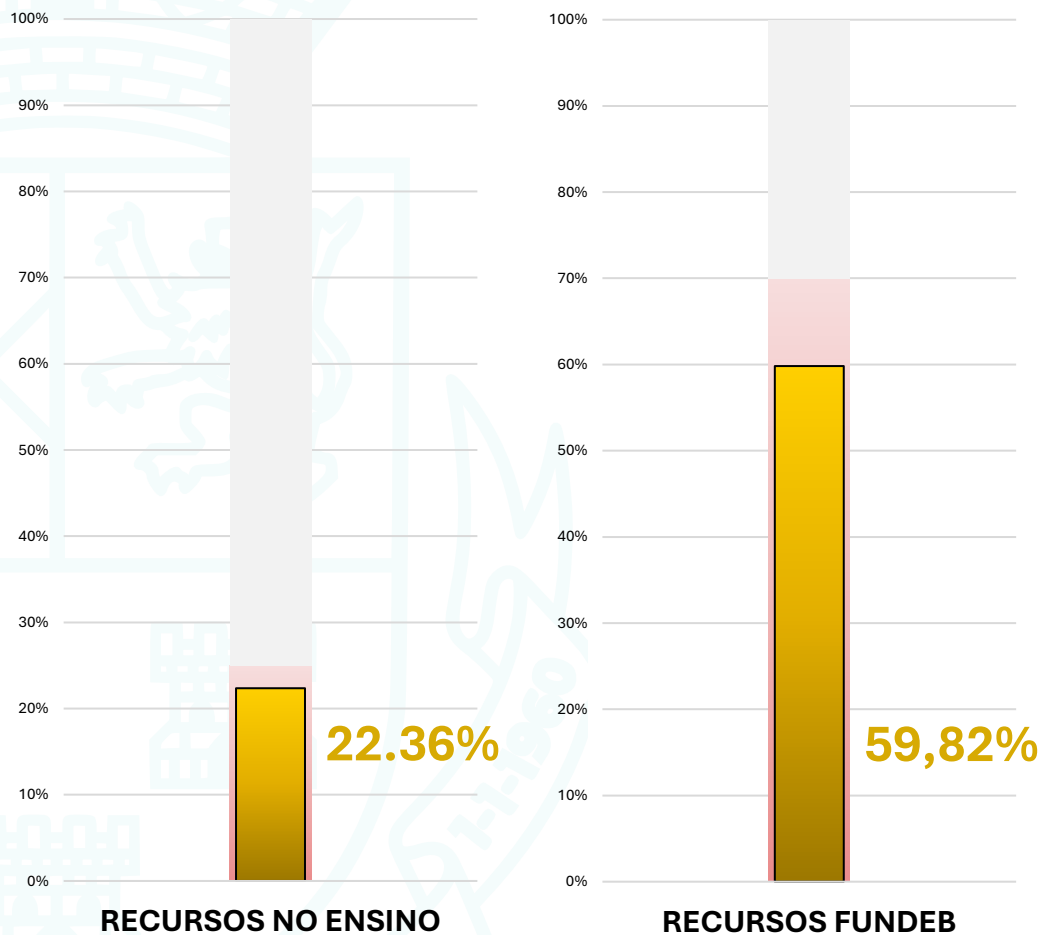
Especificação	Inscrição	Cancelamento	Pagamento	Saldo a Pagar
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	<b>84.482.685,82</b>	<b>9.117.810,57</b>	<b>66.659.656,81</b>	<b>8705218,44</b>
Poder Executivo	84.069.128,53	9.117.810,57	66.246.100,60	8705217,36
Poder Legislativo	413.557,29	0	413.556,21	1,08
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>60.597.956,59</b>	<b>9.533.669,87</b>	<b>42.677.576,03</b>	<b>8.386.710,69</b>
Poder Executivo	57.588.971,20	9.533.669,87	40.296.660,17	7.758.641,16
Poder Legislativo	3.008.985,39	0,00	2.380.915,86	628069,53
<b>TOTAL</b>	<b>145.080.642,41</b>	<b>18.651.480,44</b>	<b>109.337.232,84</b>	<b>17.091.929,13</b>
% do Total	100,00%	12,86%	75,36%	0,00%

### **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

Apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

Os municípios aplicarão anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências (Art. 212 da Constituição Federal).

Do total de recursos do FUNDEB, no mínimo 70% deve ser destinado à remuneração dos profissionais da educação básica em exercício (Art. 212-A, CF).



**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

## RECURSOS NA EDUCAÇÃO

Especificação	R\$
Receita de Impostos e Transferências Const. e Legais	550.465.118,86
<b>TOTAL APLICADO NO ENSINO (Art. 212 CF)</b>	<b>123.104.913,55</b>
% de Recursos aplicados em Educação	22,36%
<b>FUNDEB</b>	
A1 – Receitas do FUNDEB (exceto VAAR)	99.902.603,24
A2 – Receitas do FUNDEB (VAAR)	0,00
<b>A – TOTAL DA RECEITA FUNDEB</b>	<b>99.902.603,24</b>
B1 – Despesas do FUNDEB (exceto VAAR)	59.764.733,05
B2 – Despesas do FUNDEB (VAAR)	0,00
B3 – Despesas com FUNDEB (Outras)	5.001.982,74
<b>B – TOTAL DA DESPESA FUNDEB (Liquidada)</b>	<b>64.766.715,79</b>
APLICAÇÃO FUNDEB (B/A)	64,83%
C – Despesa FUNDEB – Remuneração Prof. Educação	59.764.733,05
APLIC. Remuneração Profissionais (C/A1)	59,82%
% Mínimo a Aplicar (Art. 212-A CF, inciso XI)	70,00%

## **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Apresenta a receita de impostos líquida e as transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS.

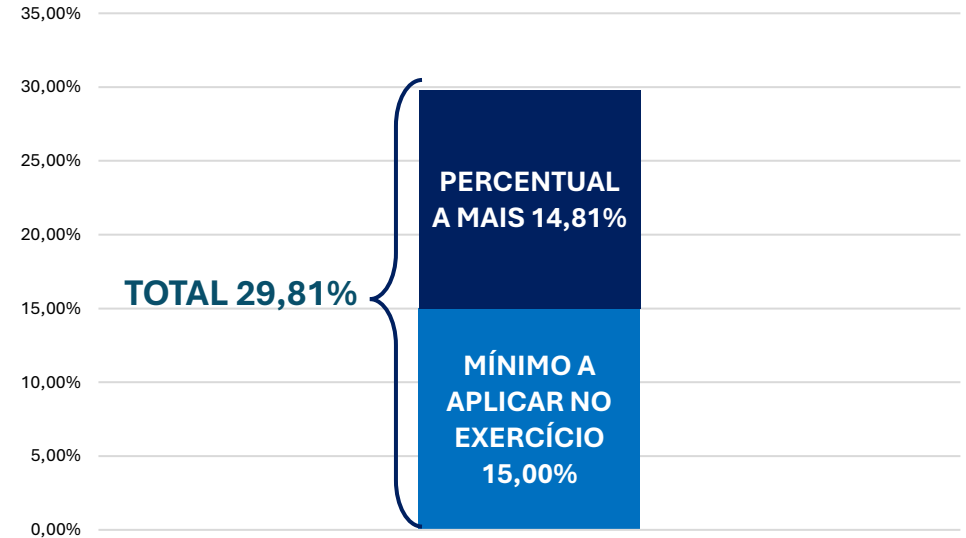
Os limites mínimos estão estabelecidos no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo o disposto no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias (convênios) por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e saúde.

O percentual mínimo constitucional para municípios é de 15% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais (LC nº 141/2012).



## RECURSO NA SAÚDE

Especificação	R\$
Receita de Impostos e Transferências Const. e Legais	550.465.118,86
<b>DESPESA LIQUIDADADA – LC 141/2012</b>	<b>164.066.478,07</b>
Despesa mínima com Recursos Próprios – LC 141/2012	82.569.767,83
<b>% Recursos Próprios aplicados em Saúde – LC 141/2012</b>	<b>29,81%</b>
<b>% Mínimo a Aplicar no exercício – LC 141/2012</b>	<b>15,00%</b>



**2026**

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

O RGF é o instrumento que possibilita assegurar a transparência dos gastos públicos com a observância dos limites fixados pela LRF.

Publicado quadrimestralmente, o RGF consolida os limites aplicáveis à gestão fiscal do município, abrangendo: despesa com pessoal, dívida consolidada líquida e operações de crédito.

O RGF é instrumento de controle preventivo: ao identificar aproximação dos limites legais, permite que o gestor tome medidas corretivas antes de eventual ultrapassagem, preservando a saúde fiscal do município.

### DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens explicitados na LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os limites legais.

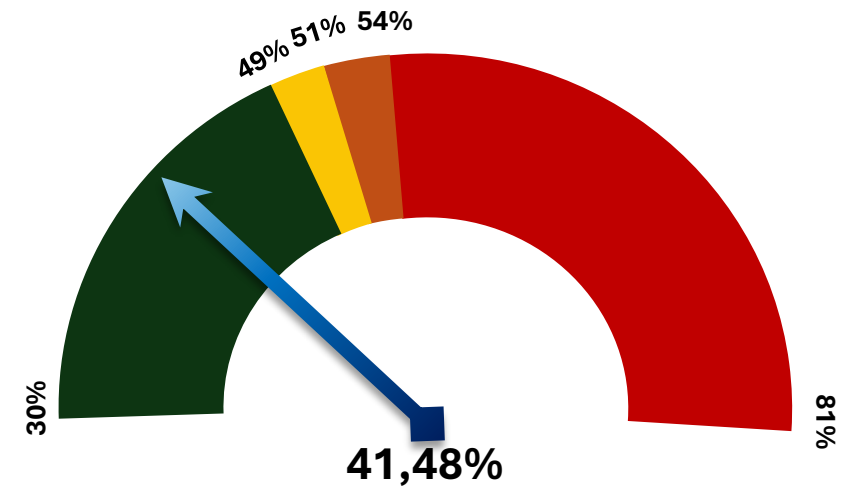
O limite máximo fixado pela LRF para o total da despesa com pessoal do município (Executivo + Legislativo) é de 60% da RCL. Deste total, 54% é o limite do Executivo e 6% do Legislativo.

A LRF prevê ainda o Limite Prudencial (95% do máximo = 51,30%) e o Limite de Alerta (90% do máximo = 48,60%) como gatilhos para adoção de medidas de contenção.



## DESPESAS ATUAL COM PESSOAL

Especificação	R\$	% sobre RCL Ajustada
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.943.463.108,59	
(-) Emendas Individuais (art.166-A)	19.920.429,05	
(-) Emendas Bancada + Ag. Comunit. (art.198)	15.139.806,00	
(-) Outras Deduções	0	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA</b>	<b>1.908.402.873,54</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>	<b>791.635.049,21</b>	<b>41,48%</b>
LIMITE MÁXIMO (art. 20 LRF)	1.030.537.551,71	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22 LRF)	979.010.674,12	51,30%
LIMITE DE ALERTA (art. 59 LRF)	927.483.796,54	48,60%



**2026**

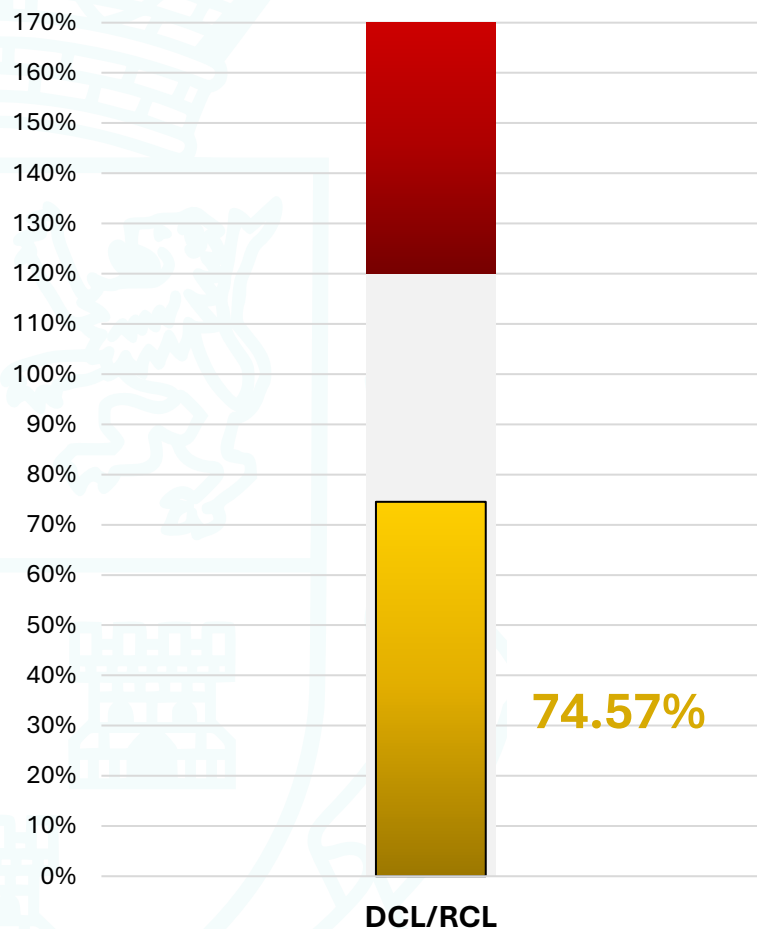
AUDIÊNCIA PÚBLICA  
1º QUADRIMESTRE  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

### DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL

O detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da DCL visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) é obtida deduzindo-se da Dívida Consolidada as disponibilidades de caixa e equivalentes e os demais haveres financeiros do ente.

O limite máximo da DCL para municípios é de 120% da RCL, conforme Resolução do Senado Federal nº 40/2001.



DCL/RCL

**2026**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**1º QUADRIMESTRE**  
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

## DCL ATUAL

Especificação	Saldo Ex. Anterior	Saldo Ex. Atual
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	1.613.331.243,18	1.741.203.998,99
Dívida Mobiliária	0	0
Dívida Contratual	1.459.521.087,59	1.608.670.209,68
Empréstimos	74.640.066,78	232.005.931,90
Financiamentos	83.641.813,18	87.759.808,04
Parcelamento/Renegociação	1.301.239.207,63	1.288.904.469,74
Precatórios ≥ 05/05/2000	153.810.155,59	132.533.789,31
<b>DEDUÇÕES</b>	180.192.046,30	306.864.455,19
Disponibilidade de Caixa bruta	293.032.542,72	338.706.088,05
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	84.159.007,47	8442821,7
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	28.681.488,95	23398811,16
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>	1.433.139.196,88	1.434.339.543,80
RCL	1.850.996.765,27	1.943.463.108,59
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais	20.647.930,28	19.920.429,05
RCL Ajustada (endividamento)	1.830.348.834,99	1.923.542.679,54
% DC sobre RCL Ajustada	88,14%	90,52%
% DCL sobre RCL Ajustada	78,30%	74,57%
<b>LIMITE MÁXIMO (Res. Senado)</b>	2.196.418.601,99	2.308.251.215,45
<b>LIMITE DE ALERTA (108% RCL)</b>	1.976.776.741,79	2.077.426.093,90

### DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas pelos entes da Federação, discriminando-as em face de sua relevância à luz da legislação aplicável, e verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

As Operações de Crédito estão sujeitas ao limite geral de 16% da RCL, conforme Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) são limitadas a 7% da RCL e devem ser liquidadas até o dia 10 de dezembro de cada ano.

## LIMITE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Especificação	R\$	% sobre RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	1.943.463.108,59	
(-) Emendas Individuais (art.166-A)	19.920.429,05	
(=) RCL AJUSTADA (limites endividamento)	1.923.542.679,54	
Operações Vedadas	0	
<b>Total p/ cumprimento do limite</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
Limite geral (Res. Senado – Op. Crédito)	307.766.828,73	16,00%
Limite de Alerta (art. 59 LRF)	276.990.145,85	14,40%
Op. Crédito por ARO	0	0,00%
Limite ARO (Res. Senado)	134.647.987,57	7,00%



PREFEITURA DE

**DIADEMA**

TRABALHANDO POR DIADEMA

**OBRIGADO!**